As primeiras iniciativas reformistas católicas no Brasil: a experiência do M.M.M. (Movimento por um Mundo Melhor) na Arquidiocese de São Paulo.

Prof. Dr. Damião Duque de Farias
Campus de Dourados/UFMS

Um longo leque de iniciativas, mormente as referentes à presença católica no processo de modernização nacional, abriram caminho para que Igreja no Brasil aceitasse com certa tranqüilidade e mesmo protagonismo, o ideal do *aggionarmento* católico assumido por Roma após o Concílio Vaticano II, realizado entre os anos de 1962-1965. Com a CNBB, em 1952, sob liderança de Dom Hélder Câmara, foi possível a maximização dos recursos, o maior controle das diversas experiências de renovação ocorridas pelo Brasil, a maior centralização das decisões do episcopado e a abertura de um canal de mediação entre a Igreja e o Estado. [1]

Tratava-se de uma nova pastoral religiosa a ser incentivada pela Igreja Católica. Ao contrário do fatalismo e do conformismo comumente presentes na pregação católica, os líderes e os agentes católicos incentivaram a busca da resolução dos problemas a partir da ação social, mediada pelos poderes eclesiásticos de institucionais do Estado. Entravam em cena as formulações do catolicismo francês que apontavam para a necessidade de um ideal histórico concreto do cristianismo.

Na Arquidiocese de São Paulo sob a liderança de Dom Motta teve início o movimento de reforma das paróquias, nos anos 50. Esta iniciativa tinha o objetivo de enfrentar o processo de transformações sociais e a disputa pelo campo simbólico na cidade de São Paulo. O instrumento utilizado foi a propagação da antiga forma de poder católico sobre o território: a paróquia (campanha “Uma igreja em cada bairro”). [2]

No entanto, o processo de modernização urbana e o contínuo crescimento desmedido da capital traziam grandes obstáculos ‘a vida católica. Daí a necessidade de alterações no interior das paróquias. Um dos movimentos que mais contribuiu para esse esforço de renovação foi o Movimento por um Mundo Melhor (MMM). Este movimento é comumente apontado na bibliografia, sem que, no entanto, seja dado-lhe maior atenção.

Aprovado pelo Vaticano em 1952, era dirigido pelo padre Armando Lombardi. As experiências desse jesuíta italiano com movimentos de renovação pastoral datam do período imediato pós-guerra, intitulando-se A Cruzada da Bondade, entre outras denominações que recebeu. Ainda em 1951, essas experiências já possuíam uma larga divulgação na Europa, sendo o padre Lombardi conhecido também por alguns segmentos católicos da América Latina e particularmente do Brasil:[3]

Em 10 de fevereiro de 1952 o movimento receberia a Proclamação Pontificial de Movimento por um Mundo Melhor, em programa radiofônico do Vaticano.[4] O padre Lombardi esteve por diversas vezes no Brasil, divulgando e exercitando o trabalho de transformação apregoado pelo movimento.

Em 1953 o padre Lombardi fez sua segunda viagem ao Brasil, realizando em Porto Alegre as *Exercitações*.[5] Logo após, o episcopado do Rio Grande do Sul oficializou o movimento naquele estado. Em 1959 ocorreu nova visita ao Brasil,[6] desta feita para a realização de um curso em São Paulo; em 1960 foi a vez do Rio de Janeiro e de todos os bispos e arcebispos durante o VII Congresso Eucarístico Nacional, realizado em Curitiba no mês de maio de 1960.[7]

Além da presença direta do padre Lombardi, houve outras maneiras de divulgação do MMM que contribuíram para sua expansão no Brasil. Por exemplo: vários membros da Igreja eram destacados para ir à Itália participar dos cursos realizados em *Rocca di Papa*, no Centro Pio XII por um Mundo Melhor, sede central do movimento. Também foram desenvolvidas diversas formas de divulgação em língua portuguesa vindas diretamente de Roma e mais tarde no próprio Brasil, à medida que o movimento foi se expandindo. Ainda vale destacar que um dos primeiros grupos a participar e acompanhar o desenvolvimento do Movimento por um Mundo Melhor desde o seu início, aderindo às pregações e à ideologia do padre Lombardi, foi o Colégio Pio Brasileiro de Roma, formando lideranças que atuariam no país.[8]

Em muitas dioceses brasileiras o movimento penetrou. Na Arquidiocese de São Paulo, desde 1951, quando o padre Lombardi esteve na capital paulista para o primeiro curso, o movimento desenvolveu-se continuamente. Em 1956 esteve no Seminário Central do Ipiranga o padre Vitorino Felix Sanson, para ministrar curso aos seminaristas. Em 1958 todos os seminaristas foram novamente submetidos a uma nova etapa de formação do MMM. Em janeiro de 1957 realizou-se o II Encontro Nacional do Movimento Pró-União Sacerdotal, ligado ao movimento de renovação católica que ora analisamos, com a participação de 65 sacerdotes de várias regiões do País. Várias publicações foram utilizadas para difundir suas idéias: o boletim *Pax Nostra*, *Carta aos Padres*, *Ecos Marianos*, dentre outras. Podemos também destacar que diversas organizações católicas passaram a difundir o MMM: a Federação Mariana Feminina, a Juventude Operária Feminina Católica, a Liga Operária Feminina Católica, a Liga Independente Feminina Católica, as Luizas de Marillac, a Pia União de Filhas de Maria.[9]

Em maio de 1959, no curso realizado em São Paulo, na região de Barueri, o próprio Dom Vasconcelos Motta participou do encontro. Em entrevista ao *O São Paulo*, o padre Lombardi manifestou a seguinte opinião: "*mais ou menos 90 sacerdotes estão realizando o curso. Posso dizer que é um curso verdadeiramente seleto. Aqui estão sacerdotes de vários pontos do Brasil, superiores de ordens religiosas, reitores e diretores espirituais de seminários e conto com a presença de seis bispos dentre os quais o cardeal de São Paulo".*[10] **N**a mesma entrevista, Dom Motta seria considerado o *"sexto cardeal do Mundo Melhor"*.

Notamos que esse movimento não criou uma organização específica articulada à hierarquia e destinada à atuação pastoral. Tratava-se de uma tentativa de reorientação de toda a estrutura de atuação católica, sendo um movimento de propaganda de um catolicismo renovado, tanto no plano prático quanto no plano teórico. Suas linhas básicas eram: a) **instrução religiosa**; b) **manutenção e desenvolvimento**

em si da vida divina: c) **alimentação da vida divina, sendo fiel aos exercícios de piedade;** d) **manifestação da vida divina sobretudo no amor ao próximo;** e) **realização pessoalmente da obra de apostolado**; f) **ingresso em alguma organização católica**.[11]

O próprio padre Lombardi esclarece um pouco mais dos métodos e dos objetivos do movimento: "... *a reforma da consciência pelo bem comum. A diferença da tradição dos retiros espirituais é que se pensava quase que exclusivamente na pessoa enquanto que para o mundo melhor procura-se reformar a consciência para que se subordine sempre ao bem comum. O que se quer construir é um mundo melhor e não somente um homem melhor..*[12]

O "mundo" já não era mais considerado caos e desordem, era também sinal positivo de Deus, passa-se de uma concepção mais próxima de Santo Agostinho, para outra mais próxima de Tomás de Aquino. Com relação às estruturas institucionais da Igreja, o ideólogo do MMM propôs a formação de *"comunidades sacerdotais"* para a renovação das paróquias, interligando-as por setores pastorais e distribuindo as tarefas específicas entre os diversos agentes paroquiais. Reunidos sob um mesmo plano e com objetivos definidos, seria possível no nível paroquial e também no diocesano, a coordenação de recursos e de esforços para a expansão da fé e a transformação da realidade social.[13]

Parece-nos evidente que as representações difundidas pelo Movimento por um Mundo Melhor, tanto no plano interno quanto externo, traziam grandes possibilidades de estímulo aos ideais reformistas presentes em outros movimentos e organizações, como a Ação Católica, o MEB, o Movimento de Natal, entre outros. No entanto, é interessante precisar, segundo nosso entendimento, a sua característica estruturante, seja em seus objetivos externos, seja em seus objetivos internos, pode ser sintetizados a seguinte maneira: a expansão da fé e da doutrina católica em estrito controle da

hierarquia. Não há qualquer esboço de rupturas mais profundas com as tradições e com o poder da instituição, nem mesmo indicações de uma crítica mais radical à ordem social.

Embora notemos que a partir dos primeiros anos da década de 1960, tenha diminuído o interesse por esse movimento, considerando a documentação levantada, o que de fato ocorreu foi a incorporação de suas proposições por largos setores do catolicismo brasileiro, notadamente da hierarquia. Assim, podemos dizer que o MMM cumprira sua missão.

No início da década de 60, sob pressão exercida pelo Vaticano (após a Revolução de Cuba), a CNBB elaborou o Plano de Emergência (1961) dando abrangência nacional ao movimento de renovação das paróquias, visando promover maior articulação entre as paróquias de uma mesma região da cidade, o melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, a superação da atuação assistencialista católica pela idéia da promoção humana e o dinamismo às atividades pastorais, em consonância com o ideal de transformar a paróquia em uma comunidade de fiéis.

Um outro relato descreve as atividades decorrentes de um curso do Mundo Melhor, realizado para os sacerdotes do Decanato (reunião de várias paróquias) do Brooklin Paulista em São Paulo, em setembro de 1963.[14]

Dentre outras atividades, o relato propunha que, seguindo a linha do curso por um Mundo Melhor, depois da fase de formação de líderes, haveria o início imediato de suas atividades, que consistiriam na formação de núcleos cristãos nos quarteirões. Esses núcleos eram comunidades de base cujos participantes se reuniriam uma vez por mês em uma casa pré-determinada. Cada núcleo contaria com um dirigente e um auxiliar, e as reuniões constariam de três fases: o estudo, a oração e a ação (nota-se uma apropriação do método jocista Ver-Julgar-Agir). Ainda como conseqüência da aplicação do curso, teria início a renovação litúrgica na paróquia, as práticas do domingo passariam a versar sobre a renovação paroquial.

As reformas litúrgicas introduzidas referem-se à missa dialogada, à maior participação dos fiéis, às explicações de cada sacramento pelo vigário antes de sua administração ao corpo dos fiéis, entre outras. Notemos que o relato é do ano de 1963 e a paróquia do Brooklim Paulista estava em pleno processo de renovação paroquial de acordo com o Plano de Emergência da CNBB. Assim, podemos confirmar que o tal plano pastoral de conjunto da CNBB incorporou os temas, e o próprio curso do MMM foi utilizado para o propósito de reforma paroquial. Havia, portanto, uma continuidade entre as idéias do padre Lombardi e o Plano da CNBB, que finalmente se iniciava, e que de forma gradativa tomaria corpo na Arquidiocese de São Paulo.

Com isso, queremos indicar um caminho metodológico para os estudos sobre o processo de renovação católica no Brasil. Hoje, com os novos desdobramentos da história recente do catolicismo, a pesquisa das transformações católicas deve ser feita sob um duplo movimento: o de suas relações externas com a sociedade e o de suas relações internas. No entanto, notamos que o esforço por acentuar as interfaces católicas com a sociedade brasileira e suas contradições e seus conflitos, acabou por nublar a força institucional.[15]

Concordamos com a idéia de que o envolvimento católico nos anos 50 e 60, com os movimentos sociais foi crucial para a formulação do pensamento progressista católico. No entanto, faz-se necessário a observação de que entre a Igreja Progressista do final da década de 1960 e início da década de 1970 e os movimentos da ACB, especialmente a JEC e a JUC, houve uma ruptura marcada pela repressão interna e externa à Igreja. A repressão ocorreu em virtude das divergências com a hierarquia em relação ao tema do socialismo, mas o mote que a desencadeou e a aceitação mais ou menos generalizada nos meios católicos para o processo de extinção da JEC e da JUC, foi a desobediência à autoridade eclesiástica. Após isso, a repressão católica combinou-se com a repressão militar, e JUC, JEC e AP praticamente desapareceram. Se a JOC

permaneceu, isto ocorreu em razão de suas proposições inicialmente pouco radicais, mas principalmente graças a seu acordo com o mandato institucional hierárquico católico, como observa Scott Mainwaring (1989). [16]

O rompimento entre as seções especializadas da ACB e a hierarquia foi por iniciativa da JUC e da JEC, quando ambas avaliaram a incompatibilidade entre o mandato hierárquico católico e o projeto de revolução social defendido por elas.

Portanto, há que se considerar o surgimento da Igreja Progressista nos anos 70, em parte, como fruto do envolvimento da ACB com os movimentos sociais e as causas populares, de sua memória e da produção teórico-metodológica, por exemplo, pela JOC e pela ACO, que conheceram maior continuidade. Mas também temos que levar em conta que o progressismo católico resultou de outros processos de renovação religiosa levados a cabo mediante iniciativas hierárquicas, que nasceram na mesma época e estavam voltados para o interior da vida institucional, mas não exclusivamente para ela. Além disso, estabelecer uma ruptura no interior do progressismo católico entre forças reformistas e forças revolucionárias, em razão de uma maior aproximação com movimentos ou setores das classes subalternas, parece-nos forçar a realidade dos fatos, partindo de uma abstração pouco aceitável.

Para concluir, defendemos a tese de que o M.M.M. inaugura ou fortalece, dependendo do lugar, uma linhagem de renovação pastoral católica com certa perenidade e de maneira diferente da renovação iniciada por meio dos estímulos vindos das organizações da ACB, pois se estas estavam mais próximas das iniciativas dos leigos, o MMM deu curso a iniciativas de sujeitos mais ligados à estrutura eclesiástica e estava dirigido para buscar a mudança neste lugar da vida católica. Postulo que tal movimento perdurou até ser incorporado no processo de renovação pós-conciliar e inclusive na formação da Igreja progressista que, assim, herdou além de algumas contribuições da esquerda católica do início dos anos 60, herdou, também, os resultados das renovações

inauguradas pelo MMM. Por suas características e devido a aprovação que recebeu do Vaticano, o Movimento por um Mundo Melhor tendia a ser mais facilmente incorporado pelas hostes católicas após o Concílio Vaticano II, considerando, inclusive sua forte dimensão de **comunitarismo eclesial.**

---

[1] Ver a respeito Beozzo José Oscar: *A Igreja no Brasil*. In: Beozzo, J. Oscar (org.) *A Igreja Latino-Americana às vésperas do Concílio – História do Concílio Econômico II.* São Paulo: Ed. Paulinas, 1993.
[2] Ver a respeito Farias, Damião Duque. *Crise e renovação católica na Arquidiocese de São Paulo: impasses do progressismo e permanências do conservadorismo (1945/1975).* Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2002.
[3] *O São Paulo*, 30 nov. 1958.
[4] *O São Paulo*, out. 1958.
[5] *O São Paulo*, out. 1958.
[6] *O São Paulo*, 17 maio 1959.
[7] *O São Paulo*, 1 maio 1960.
[8] *O São Paulo*, 30 nov. 1958.
[9] *O São Paulo*, 14 dez. 1958.
[10] *O São Paulo*, 17 maio 1959.
[11] *O São Paulo*, 25 maio 1958.
[12] *O São Paulo*, 17 maio 1959.
[13] *O São Paulo*, 30 nov. 1958 e 1 maio 1960.
[14] Livro de Tombo da Paróquia Sagrado Coração de Jesus do Brooklin Paulista, 1945-1975.
[15] Cf. Romano, Roberto. *Igreja Contra Estado:* crítica ao populismo católico. São Paulo: Kairós, 1979.
[16] Ver também Martins, Heloisa Helena T. de Souza. *Igreja e movimento operário no ABC (1954-1975).* São Paulo, Hucitec, 1994.